

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A - IQUEGO
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A - IQUEGO (Companhia)** - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.


Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada “**Base para opinião com ressalva**”, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A – IQUEGO (Companhia)** – em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota nº 06 “Créditos Diversos”, correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, os registros do grupo não sofreram atualização de juros, conforme preconiza a legislação fiscal. Desta forma, o resultado está subavaliado. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração das atualizações e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, em relação às demonstrações contábeis, foram insuficientes para concluir sobre a valoração dos custos que compõem o valor do estoque, conforme descrito na nota explicativa nº 08, em específico “Produtos Acabados”, “Matéria Prima” e “Material de Consumo”. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração do grupo e seus efeitos nas demonstrações contábeis, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Conforme nota nº 10 “Realizável a Longo Prazo”, em específico “Depósitos Judiciais e Recursais”, correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, não foi possível validarmos os valores, os quais estão registrados no balanço, uma vez que estes não possuem documentação comprobatória suficiente sobre os referidos saldos registrados. Informamos que os órgãos competentes já foram oficializados para disponibilizar a referida documentação. Contudo, até a data do encerramento deste relatório, não obtivemos retorno. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à composição desses valores e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, 



intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Continuidade das operações

Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são, em sua grande maioria, providos pelas atividades próprias da Companhia, através da venda de produtos e subvenções governamentais, conforme descrito na nota explicativa nº 21. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade das operações da Companhia, em detrimento ao elevado grau de prejuízos acumulados, ocasionando um passivo a descoberto, no montante de R\$ 27 milhões, bem como o relevante número de ações judiciais, conforme descrito na nota explicativa nº 19 “Provisões de Risco”. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria com modificação, sobre as demonstrações contábeis individuais, em 28 de abril de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

Os Diretores da Companhia são responsáveis por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, bem como verificar se esse documento está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, e, ainda, averiguar se há distorção relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das



demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou, ainda, não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes, para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e suas respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, caso as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Work7

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de forma compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, entre outros aspectos, sobre o alcance planejado, à época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas, nos controles internos, que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, bem como comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, os quais, dessa forma, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia – GO, 25 de maio de 2023.

**WORK7 AUDITORES
INDEPENDENTES**
SS:11689939000121

Assinado de forma digital por
WORK7 AUDITORES
INDEPENDENTES
SS:11689939000121
Dados: 2023.05.25 13:38:19
-03'00'

Work7 Auditores Independentes SS
CRC 001891 GO

**JOSE RICARDO
XAVIER:87186
705120**

Assinado de forma digital
por JOSE RICARDO
XAVIER:87186705120
Dados: 2023.05.25
13:37:52 -03'00'

José Ricardo Xavier
Contador CRC GO-013785/O-0
CVM 12.424

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021**

- RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
- BALANÇO PATRIMONIAL
- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
- DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
- NOTAS EXPLICATIVAS
- PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- PARECER DO CONSELHO FISCAL
- PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A. – IQUEGO, submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensagem da Administração

A Indústria Química do Estado de Goiás S/A- IQUEGO é uma empresa de sociedade anônima de economia mista, de direito privado, com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, jurisdicionada à Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Goiás, fundada em 06 de novembro de 1962, por meio da Lei Estadual nº 4.207, no Governo Mauro Borges Teixeira, iniciando suas atividades em 07 de janeiro de 1964, sendo o Estado de Goiás o principal acionista, o qual detém 99,9% das ações. A IQUEGO conta com um parque industrial de 40.615,22 m², sendo 15.024,29 m² de área construída e capacidade produtiva de mais de um bilhão de unidades de medicamentos por ano.

Neste cenário, o crescimento da demanda global por químicos, farmacêuticos e pesquisadores de modo geral, alavancou a demanda por tecnologias e produtos relacionados ao combate à doença.

Em que pese este cenário desafiador, a estratégia definida pela Companhia, e que vem sendo implementada desde 2019 com foco em 2022 é de compor parcerias públicas e privadas para atração de novos negócios por meio de instrumentos de desenvolvimento produtivo e internalização de métodos produtivos, o que foi fundamental para que a Companhia apresentasse o resultado.

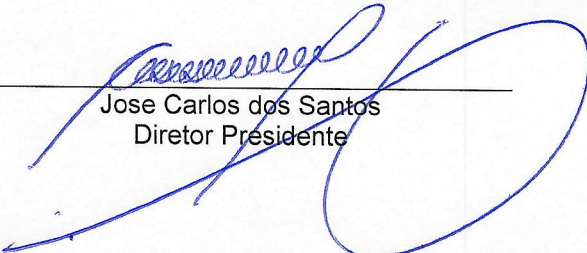
Perspectivas

Apesar da Companhia manter o foco na venda de tiras e medidores de glicemia, para o exercício de 2023, passará a fabricar as tiras e os medidores de glicose em sua própria fábrica. A IQUEGO também possui contrato com a empresa Golden CBD⁺, com sede na Florida, para distribuição do Full Spectrum Canabidiol. Para o exercício de 2023, existirá captação de novos negócios, que ainda estão passando por análise.

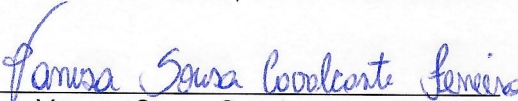
Conclusão

Neste sentido a IQUEGO vem apresentar aos seus acionistas, e ao público em geral, as Demonstrações Financeiras do exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparativas a 2021, ao mesmo tempo em que coloca à disposição dos interessados os documentos suportes e comprobatórios previstos na Lei 6.404/76.

Goiânia, 19 de maio de 2023.



Jose Carlos dos Santos
Diretor Presidente



Vanesa Sousa Cavalcante Ferreira
Diretora Administrativo/Financeiro

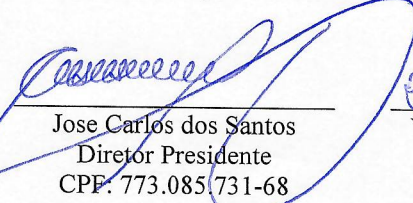
INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A - IQUEGO

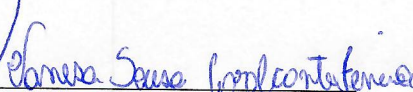
CNPJ: 01.541.283/00001-41


**BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021 (em reais)**

ATIVO	NOTA	2022	2021
CIRCULANTE		22.601.893,19	23.522.890,95
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.861.198,37	6.903.819,09
Clientes a Receber	5	1.889.386,78	7.597.374,38
Créditos Diversos	6	2.332.024,65	1.269.827,88
Adiantamentos	7	100.920,10	488.421,09
Estoques	8	11.843.502,84	5.738.080,63
Outros Créditos	9	3.574.860,45	1.525.367,88
NÃO CIRCULANTE		35.886.327,49	67.568.401,68
Realizável a Longo Prazo	10	7.492.499,30	6.256.695,30
Investimentos	10a	52.634,40	52.634,40
Imobilizado	11	28.341.193,79	61.259.071,98
TOTAL DO ATIVO		58.488.220,68	91.091.292,63
PASSIVO		36.773.048,05	34.168.771,09
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	22.911.739,98	22.361.297,76
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13	1.088.958,88	1.032.217,08
Obrigações Fiscais e Tributárias	14	1.157.924,85	913.935,89
Adto de Clientes e Convênios	15	8.816.074,57	6.020.890,94
Outras Contas a Pagar	16	2.798.349,77	3.840.429,42
NÃO CIRCULANTE		48.715.220,96	55.060.252,47
Contas a Pagar a Longo Prazo	17	1.807.153,98	2.008.093,68
Obrigações Tributárias	18	2.094.201,41	1.855.688,23
Provisões de Risco	19	44.813.865,57	37.731.109,91
Tributos Diferidos	19b	-	13.465.360,65
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(27.000.048,33)	1.862.269,07
Capital Social	20	223.483.746,68	223.483.746,68
Reservas		-	15.177.736,26
Lucro (Prejuízo) Acumulado		(233.160.588,45)	(230.516.030,16)
Lucro (Prejuízo) do Exercício		(17.323.206,56)	(6.283.183,71)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		58.488.220,68	91.091.292,63

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Jose Carlos dos Santos
Diretor Presidente
CPF: 773.085.731-68


Vanesa S. Cavalcante Ferreira
Diretora Adm./Financeiro
CPF: 012.906.191-31

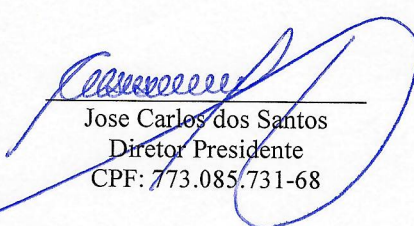

Vera Lucia Nunes dos Santos
Contadora CRC-Go 026008/0
CPF: 556.009.211-87

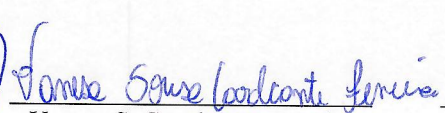
INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A - IQUEGO
CNPJ: 01.541.283/00001-41

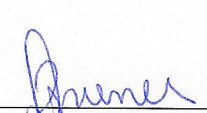
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em reais)

	NOTA	2022	2021
RECEITAS	21	24.055.942,59	30.654.975,96
Receitas Operacionais	21.a	8.317.112,12	21.931.896,68
Outras Receitas	21.b	16.557.667,73	10.872.630,22
(-) Dedução da Receita	21.c	(818.837,26)	(2.149.550,94)
CUSTOS		(10.221.462,60)	(23.589.189,89)
Custos com fabricação de Produtos	22	(10.221.462,60)	(23.589.189,89)
DESPESAS		(30.309.370,02)	(12.571.716,20)
Despesas Operacionais e Administrativas	23	(28.534.349,55)	(12.245.279,30)
Despesas Tributárias	24	(1.775.020,47)	(326.436,90)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESP.FINANC	25	(848.316,53)	(777.253,58)
Receitas Financeiras	25.a	545.869,67	60.749,82
(-) Despesas Financeiras	25.b	(1.394.186,20)	(838.003,40)
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		(17.323.206,56)	(6.283.183,71)
(-) PROVISÃO DE IRPJ E CSLL		-	-
RESULTADO LIQUÍDO DO EXERCÍCIO		(17.323.206,56)	(6.283.183,71)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.


Jose Carlos dos Santos
Diretor Presidente
CPF: 773.085.731-68


Vanesa S. Cavalcante Ferreira
Diretora Adm./Financeiro
CPF: 012.906.191-31

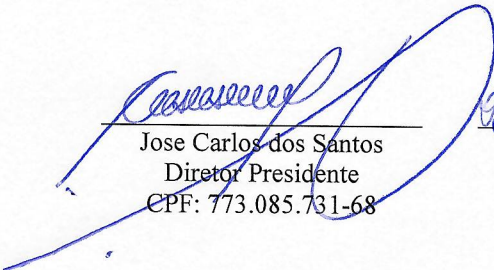

Vera Lucia Nunes dos Santos
Contadora CRC-Go 026008/0
CPF: 556.009.211-87

INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A - IQUEGO
CNPJ: 01.541.283/00001-41

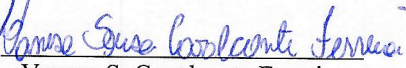
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<i>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</i>	(17.323.206,56)	(6.283.183,71)
<i>Outros resultados abrangentes</i>	-	-
<i>Total dos resultados abrangentes</i>	<u>(17.323.206,56)</u>	<u>(6.283.183,71)</u>

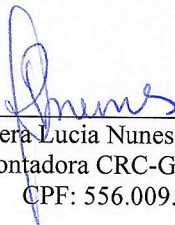
As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.



Jose Carlos dos Santos
Diretor Presidente
CPF: 773.085.731-68



Vanesa S. Cavalcante Ferreira
Diretora Adm./Financeiro
CPF: 012.906.191-31



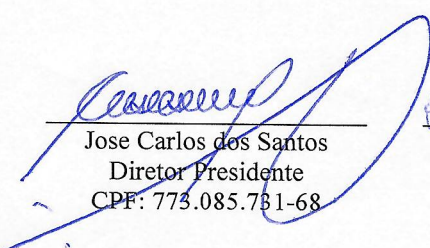
Vera Lucia Nunes dos Santos
Contadora CRC-Go 026008/0
CPF: 556.009.211-87

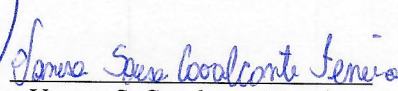
INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A - IQUEGO
CNPJ: 01.541.283/00001-41

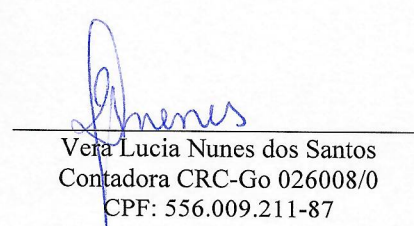
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em reais)

Descrição	Capital Social	Reservas	Resultado Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
SALDOS EM 01.01.2021	223.483.746,68	28.897.862,43	(249.084.478,56)	-	3.297.130,55
Prejuízo Líquido do exercício	-	-	(6.283.183,71)	-	(6.283.183,71)
(+) Ajustes de exercício anteriores	-	-	10.358.651,03	-	10.358.651,03
Constituição de Reserva de Lucro p/Expansão	-	(13.720.126,17)	8.209.797,37	-	(5.510.328,80)
Reclassificação de Reserva	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2021	223.483.746,68	15.177.736,26	(236.799.213,87)	-	1.862.269,07
Prejuízo Líquido do exercício	-	-	(17.323.206,56)	-	(17.323.206,56)
(+) Ajustes de exercício anteriores	-	(15.177.736,26)	3.638.625,42	-	(11.539.110,84)
Constituição de Reserva de Lucro p/Expansão	-	-	-	-	-
Reclassificação de Reserva	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2022	223.483.746,68	-	(250.483.795,01)	-	(27.000.048,33)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.


Jose Carlos dos Santos
Diretor Presidente
CPF: 773.085.731-68

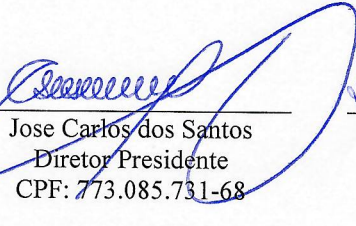

Vanesa S. Cavalcante Ferreira
Diretora Adm./Financeiro
CPF: 012.906.191-31

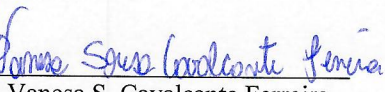

Vera Lucia Nunes dos Santos
Contadora CRC-Go 026008/0
CPF: 556.009.211-87

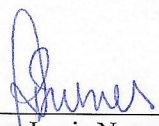
INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A - IQUEGO
CNPJ: 01.541.283/00001-41
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado líquido do exercício	(17.323.206,56)	(6.283.183,71)
Ajustes por:		
Depreciação	376.090,91	604.881,28
Ajuste de reversão da reavaliação patrimonial PL	(15.177.736,26)	
Ajustes de tributos diferidos	(13.465.360,65)	13.465.360,65
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.638.625,42	18.568.448,40
Ajustes de avaliação Patrimonial	26.534.665,10	(13.720.126,17)
Resultado da Baixa de Bens	6.016.200,18	-
Resultado líquido após os ajustes	(9.400.721,86)	12.635.380,45
(Aumento)/Redução de ativos circulantes	(4.357.426,96)	9.350.193,05
(-) Aumento em Clientes a Receber	5.707.987,60	(2.467.860,05)
(+) Redução em Créditos Diversos	(1.062.196,77)	840.414,40
(-) Aumento em Adiantamentos	387.500,99	12.447.045,79
(+) Redução em Outros Créditos	(2.049.492,57)	208.591,79
(-) Aumento em Estoques	(6.105.422,21)	(1.552.387,52)
(+) Redução de Realizável Longo Prazo	(1.235.804,00)	(125.611,36)
Aumento/(Redução) do passivo circulante	9.724.606,10	3.524.739,81
(-) Redução em Fornecedores e Outras Contas a Pagar	(491.637,43)	10.051.358,19
(-) Redução em Obrig. Sociais, Trabalhistas e Provisões	56.741,80	(714.527,80)
(+) Aumento em Obrigações Tributárias	243.988,96	(2.020.917,40)
(+) Aumento em Adto de Clientes e Convênios	2.795.183,63	(29.237,00)
(+) Exigível Longo Prazo	7.120.329,14	(3.761.936,18)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(4.033.542,72)	25.510.313,31
<i>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</i>	<i>(4.033.542,72)</i>	<i>25.510.313,31</i>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(9.078,00)	(28.648.521,91)
Aplicações líquidas em ativos imobilizados e intangíveis	-	(28.648.521,91)
Aquisição de Imobilizado	(9.078,00)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
<i>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(4.042.620,72)	(3.138.208,60)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	6.903.819,09	10.042.027,69
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	2.861.198,37	6.903.819,09
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(4.042.620,72)	(3.138.208,60)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.


Jose Carlos dos Santos
Diretor Presidente
CPF: 773.085.731-68


Vanesa S. Cavalcante Ferreira
Diretora Adm./Financeiro
CPF: 012.906.191-31


Vera Lucia Nunes dos Santos
Contadora CRC-Go 026008/0
CPF: 556.009.211-87

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM REAIS)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A. IQUEGO - é uma sociedade de economia mista, com sede na Av. Anhanguera nº 9.827. Bairro Ipiranga na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, Brasil, criada pela Lei Estadual nº 4.207, de 06/11/1962. Jurisdicionada à Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, da qual o Estado detém 99,99% das ações e tem como principais operações a fabricação de medicamentos alopáticos e fitoterápicos para uso humano, cuja produção atualmente está paralisada. A filial da INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A – IQUEGO DISPOSITIVOS PARA SAÚDE, situada à Av. Anhanguera nº 12.527 – Bairro Ipiranga – Goiânia – Goiás, que foi constituída para executar o Contrato de Parceria, firmado em 2015, com HMD Biomédica Inc., para transferência de tecnologia de produção de tiras e aparelho medidor de glicose, apresenta suas demonstrações consolidadas com a matriz.

2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 são apresentadas pela Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76 e os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), principalmente no que se refere à NBC TG 1000 (R1) – Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009, cujas sínteses estarão demonstradas a seguir:

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2 Principais Práticas Contábeis Adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram consistentemente aplicadas para todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional das Entidades.

b) Transação em moedas estrangeiras

As transações efetuadas em outras moedas (diferentes da moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Referente a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado como Variações monetárias e cambiais, líquidas.

c) Reconhecimento de Resultados

O regime adotado, para registro dos direitos, obrigações, custos, receitas e despesas, foi o de COMPETÊNCIA DO EXERCÍCIO, exceto para as informações contidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

d) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes.

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro do exercício são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização posterior ao exercício social subsequente ao do exercício objeto de publicação são classificados como itens não circulantes.

e) Provisões

As provisões e as ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa tem uma obrigação “legal” ou “não formalizada” presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar esta obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidos.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, usualmente com vencimento em até 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) a partir da data da contratação, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

g) Contas a receber de clientes

As contas a receber são mensuradas com base no custo, liquidadas das provisões para os créditos de liquidação duvidosa, que se aproximam do valor justo, dado a sua natureza de curto prazo. As provisões para créditos de liquidação duvidosa, quando existentes, são constituídas quando há clara evidência de que a Entidade não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com termos dessas contas a receber, mediante análise de risco e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso.

h) Imobilizado

O Imobilizado está registrado ao custo de aquisição (sendo os bens adquiridos no Brasil acrescidos das atualizações monetárias até 1995) não inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis.

Os bens são depreciados pelo método linear. As taxas de depreciação estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens, que se baseia no Anexo III da IN RFB Nº 1.700/2017.

Após a reavaliação realizada em 2021, nos bens imóveis, verificou-se a necessidade de realizar a reversão do reconhecimento, em virtude da ressalva contida no Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 28/04/2022. A reversão foi realizada no exercício de 2022, tendo como contrapartida a conta de “Ajuste de Exercícios Anteriores”.

i) Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, quando de sua existência.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A empresa Indústria Química do Estado de Goiás S.A – IQUEGO aplicou o disposto da NBC TG 01 (R4) – que trata da redução do valor recuperável de ativos, aprovada pela Resolução 1.292/10 do CFC.

k) Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Patrimônio líquido

Representado pelo Capital Social, acrescido (reduzido) ao lucro (prejuízo) apurado anualmente.

m) Tributação

A Entidade apura seus impostos (IR e CSLL) com base no lucro real, mediante levantamento mensal de balancete de suspensão ou redução, após as adições e exclusões fiscais permitidas, e dedução de prejuízos fiscais de acordo com a legislação e as alíquotas vigentes. Em face de apuração de lucro fiscal no período advindo especificamente do objeto acessório da parceria (importação para revenda de tira e aparelho glicosímetro), quando aplicável, é provisionado no passivo o IRPJ e CSLL a Recolher às alíquotas de 15% e 9% respectivamente, mais o adicional de 10% de IRPJ.

3 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 - Julgamento crítico na aplicação das políticas contábeis da Entidade

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa-Redução ao valor recuperável.

Essa provisão, quando aplicável, é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Entidade atualiza as provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar tais obrigações. A Entidade está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal de suas atividades operacionais.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São compostos por valores de alta liquidez, depósitos bancários de livre movimentação, aplicações financeiras de curto prazo conforme apresentados abaixo. O valor de R\$ 2.861.198,37 classificado como Caixa e Equivalentes de Caixa é avaliado pelo valor justo, e desse montante, R\$ 2.351.467,01 está aplicado em poupança vinculada ao convênio 787297/2013, que possuem restrição de aplicação no projeto para o qual foi obtida, cujo montante há expectativa de que seja devolvido, em 2023, ao Ministério da Saúde. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado, com as variações nesses valores refletidas na demonstração do resultado.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos Conta Movimento e Ordem de Pagamento	509.731,36	161.619,26
Aplicações Financeiras	<u>2.351.467,01</u>	<u>6.742.199,83</u>
TOTAL	<u>2.861.198,37</u>	<u>6.903.819,09</u>

As aplicações financeiras estão concentradas nas instituições bancárias abaixo listadas. Os saldos, tipo de aplicação financeira e taxas de rendimento estão demonstrados a seguir:

Descrição	Tipo	Taxa (%) a.a	2022	2021
Banco Itaú 1399-5			-	5.268,00
Banco do Brasil 6091-7	Invest. Fundos	0,36%	5.387,47	6.594,61
Banco C.E.F 1866-9	Poupança(trimestral)	0,8864%	2.346.079,54	2.215.471,18
Banco Itaú 10744-2			-	4.514.866,04
TOTAL			2.351.467,01	6.742.199,83

05 – CLIENTES A RECEBER

Clientes a Receber referem-se à venda de produtos pendentes de recebimento.

Em 2022 houve um incremento considerável no recebimento de clientes a receber sendo a maior parte resultante da revenda de produtos importados do parceiro HMD Biomedical Inc., conforme demonstrado abaixo.

	2022	2021
FILIAL	1.583.017,55	7.401.126,85
Fundo Municipal de Saúde de Goiânia - GO	-	351.000,00
Consórcio Inter Gestores Paraná Saúde - PR	-	2.327.046,00
Consórcio Inter Mun. do Sul Est Alagoas - AL	17.369,55	629.275,35
Clientes Diversos	141.336,00	281.370,00
Clientes sem movimento	4.750,00	4.750,00
Fundo Estadual de Saúde Fundes – CE	1.342.062,00	3.807.685,50
Fundo de Saúde de Lagarto - SE	77.500,00	-
MATRIZ	306.369,23	196.303,33
Clientes Diversos Sem Movimento	10.163,00	175.663,50
Clientes Diversos	20.584,03	20.584,03
Recebimento a classificar*	275.622,20	-
TOTAL	1.889.386,78	7.597.374,38

* Os valores de recebimento a classificar, refere-se a valores recebidos através de DARE pelo Governo do Estado de Goiás, através da conta única e que será baixado após o repasse para a IQUEGO.

06 – CRÉDITOS DIVERSOS

Este grupo de contas está composto por impostos pagos a maior e impostos retidos na fonte. Alguns créditos apresentados não estão atualizados pela Selic. Segue abaixo o detalhamento dos créditos existentes:

	2022	2021
CSLL	1.982,25	1.339,91
IRRF	397.399,05	357.261,98
COFINS	1.587.940,03	747.256,29
PASEP	344.566,26	163.832,64
CSRF 5952 pago a maior	65,10	65,10
Outros Créditos	71,96	71,96
TOTAL	2.332.024,65	1.269.827,88

07 – ADIANTAMENTOS

A empresa possui créditos de adiantamentos de férias no final do exercício de 2022, conforme demonstrado abaixo.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamento de Férias / Antecipações	100.920,10	61.438,40
Adiantamento a parceiros - Greempharma	-	426.982,69
TOTAL	<u>100.920,10</u>	<u>488.421,09</u>

08 – ESTOQUES

Os estoques de mercadorias de revenda, matéria prima e embalagens estão demonstrados pelo custo médio de aquisição. Os produtos industrializados (acabados) foram avaliados pelo arbitramento do custo em 70% (setenta por cento) do maior preço de venda no período de apuração conforme permitido pela legislação tributária vigente (art. 308 e parágrafos do Dec. 9.580/2018 – RIR). Quando aplicável é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Produtos Acabados (*)	139.321,85	3.866.601,43
Matéria Prima	16.372,58	53.771,22
Embalagens	364.995,54	518.131,83
Mercadoria p/Revenda (*)	9.891.466,05	-
Material de Consumo	1.465.155,60	1.466.363,96
Provisão de Perdas	(33.808,78)	(166.787,81)
TOTAL	<u>11.843.502,84</u>	<u>5.738.080,63</u>

(*) Em 2022, houve reclassificação. Anteriormente, grande parte dos produtos apresentados em 2021, na rubrica “Produtos Acabados”, foram reclassificados para a rubrica “Mercadoria p/Revenda”, para melhor evidenciação dos itens adquiridos para revenda.

09 – OUTROS CRÉDITOS

Este grupo está composto por valores antecipados em razão de seguros e bloqueios judiciais.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bloqueios Judiciais (*)	3.573.981,13	1.525.367,88
Prêmios de seguros	879,32	-
TOTAL	<u>3.574.860,45</u>	<u>1.525.367,88</u>

(*) Em 2022, foi disponibilizado pela instituição financeira, relatório atualizado dos saldos de bloqueios judiciais, havendo assim a necessidade de se realizar ajuste contábil, no montante de R\$ 1.714.689,06 (um milhão e setecentos e quatorze mil e seiscentos e oitenta e nove reais e seis centavos).

10 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Neste grupo de contas totaliza-se um montante de R\$ 7.492.499,30 (sete milhões, quatrocentos e noventa dois mil, quatrocentos e noventa nove reais e trinta centavos) conforme valores demonstrados abaixo:

	2022	2021
Valores Mobiliários	4.618,91	4.618,91
Depósitos Judiciais	5.436.758,87	4.270.804,41
Depósitos Recursais	2.051.121,52	1.981.271,98
TOTAL	7.492.499,30	6.256.695,30

10A - INVESTIMENTOS

	2022	2021
TELEGOIAS	1.066,44	1.066,44
ELETROBRAS	450,01	450,01
SRI-COM. SERV. REC. INFORMAÇÃO S/A	2.725,64	2.725,64
PATROCINIO CULTURAL	34.997,63	34.997,63
TRACTEBEL (ENERGIA) S/A	62,89	62,89
BANCOOB	2.720,00	2.720,00
SUDAM	3.864,04	3.864,04
FISSET	2.355,99	2.355,99
INCENTIVO A INFORMATICA	4.391,76	4.391,76
TOTAL	52.634,40	52.634,40

11 – IMOBILIZADO

No exercício de 2022 foi elaborado o teste de IMPAIRMENT pela empresa Compliance, referente ao período de janeiro a dezembro de 2022 e o inventario de tombamento patrimonial em 31/12/2022, tendo por objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados pelo valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou perda.

IQUEGO - Indústria Química do Estado de Goiás S/A
Demonstrativo dos ativos permanentes e ativos imobilizados, conforme inventário do tombamento patrimonial

Descrição	Valor Atual	Depreciação Atual	Valor Residual	Valor avaliado	Perda por impairment
Investimentos					
Valores mobiliários	4.618,01		4.618,01	4.618,01	
Aplicações de incentivos fiscais	42.022,61		42.022,61	42.022,61	
Aplicações incentivadas	10.611,79		10.611,79	10.611,79	
	57.252,41	-	57.252,41	57.252,41	
Imobilizado					
Terrenos - Imóveis	12.002.725,80	-	12.002.725,80	25.218.837,00	
Prédio Industrial - Imóveis	7.392.054,17	4.164.190,52	3.227.863,65	14.608.402,49	
Sede Administrativa I - Imóveis	928.657,50	523.143,74	405.513,76	1.923.438,34	
Sede Administrativa II - Imóveis	265.176,57	149.382,80	115.793,77	1.292.253,72	
Refeitório - Imóveis	275.206,83	155.033,19	120.173,64	1.434.771,82	
Muros e Alambrados - Imóveis	320.071,48	180.306,93	139.764,55	450.730,00	
Edificações em Andamento - Imóveis	12.550.576,34	-	12.550.576,34	6.534.376,16	(6.016.200,18)
Outras Construções - Imóveis	243.582,40	137.218,07	106.364,33	602.561,62	
Almoxarifado - Imóveis	1.598.750,00	900.629,17	698.120,83	13.808.490,02	

Laboratório Controle de Qualidade - Imóveis	889.821,57	501.266,15	388.555,42	1.038.224,36
Prédio Farmácia Popular - Imóveis	-	-	-	818.116,00
Máquinas e Ferramentas - Industrial	16.110.943,86	14.232.447,98	1.878.495,88	5.650.790,94
Máquinas e Ferramentas - Laboratório Controle e Qualidade	3.786.835,54	2.794.730,63	992.104,91	1.401.476,40
Máquinas e Ferramentas - Almoarifado	716.728,13	625.026,55	91.701,58	173.670,70
Máquinas e Ferramentas - Oficina	8.050,00	67,08	7.982,92	-
Máquinas e Ferramentas - Administração	259.784,67	200.655,85	59.128,82	-
Máquinas e Ferramentas - Lavanderia	2.282,49	745,41	1.537,08	1.659,87
Máquinas e Ferramentas - Outros	15.108,38	5.649,14	9.459,24	9.974,01
Móveis e Utensílios - Industrial	72.032,53	3.549,62	68.482,91	69.386,93
Móveis e Utensílios - Laboratório Controle de Qualidade	25.270,00	6.160,55	19.109,45	19.750,00
Móveis e Utensílios - Almoarifado	345.503,50	5.639,45	339.864,05	342.859,18
Móveis e Utensílios - Administração	243.588,32	129.214,23	114.374,09	126.571,83
Móveis e Utensílios - Farmácia Popular	797,00	797,00	-	0,00
Instalações - Industrial	1.537.069,64	1.537.069,64	-	67.770,94
Instalações - Laboratório Controle de Qualidade	264.873,58	264.873,58	-	20.025,95
Instalações - Almoarifado	1.130.835,20	1.130.835,20	-	133.313,41
Instalações - Oficina	900,00	900,00	-	45,00
Instalações - Administração	269.130,88	269.130,88	-	15.440,25
Biblioteca - Industrial	8.945,50	8.945,50	-	612,30
Biblioteca - Laboratório Controle de Qualidade	19.674,09	14.713,01	4.961,08	5.298,41
Biblioteca - Administração	4.260,49	4.241,69	18,80	289,84
Veículos - Administração	846.786,11	789.851,11	56.935,00	715.508,96
Equipamentos de Processamento de Dados - Industrial	182.065,14	161.089,92	20.975,22	31.389,30
Equip. de Proc. de Dados - Laboratório Controle de Qualidade	69.781,06	54.582,63	15.198,43	20.827,49
Equipamentos de Processamento de Dados - Almoarifado	9.604,94	1.743,22	7.861,72	8.155,99
Equipamentos de Processamento de Dados - Administração	187.617,56	150.772,17	36.845,39	53.643,83
Sistema de Processamento de Dados - Indústria	5.210,63	5.210,63	-	0,00
Sistema de Processamento de Dados - Almoarifado	490,00	490,00	-	0,00
Sistema de Processamento de Dados - Administração	331.465,32	331.465,32	-	12.948,00
Direito Uso Linha Telefônica	4.569,91	-	4.569,91	4.569,91
SOMA IMOBILIZADO AJUSTADO CFE.	62.926.827,13	29.441.768,56	33.485.058,57	76.616.180,97
TOMBAMENTO COMPLIANCE				(6.016.200,18)
SOMA TOTAL (IMOBILIZADO + INVESTIMENTOS)	62.984.079,54	29.441.768,56	33.542.310,98	76.673.433,38
CFE AUSTADO TOMBAMENTO COMPLIANCE				(6.016.200,18)

Conforme quadro acima, o valor de mercado dos investimentos e imobilizados montam em R\$ 76.673.433,38. Sabendo que o valor-base para impairment é de R\$ 33.542.310,98, sendo possível inferir que o valor de mercado é superior ao valor inventariado. quando analisado pelo valor total apresentado no inventário do tombamento patrimonial. Porém, quando apurado individualmente, por bem, apurou-se uma perda por impairment de R\$ 6.016.200,18 frente a conta Edificações em Andamento – Imóveis que deve ser reconhecida contabilmente.

No levantamento feito pela Compliance verificou-se que o imóvel localizado na Avenida Tomaz Antônio Gonzaga, quadra 26 lote 28, Bairro Capuava, antiga farmácia popular com área total de 999,50 m², sede 176,25 m² de área construída e o restante terreno, não estava registrada na contabilidade, o registro foi feito em 31/12/2022, da seguinte forma:

Edifício Farmácia Popular	R\$ 494.205,00 - D
Terreno	R\$ 376.132,00 - D
Ajuste de Exercício Anterior	R\$ 870.337,00 - C

Discriminação	Taxa deprec a.a%	Custos	Depreciação Acumulada	Líquido 2022	Líquido 2021
Terrenos Urbanos	-	12.378.857,80	-	12.378.857,80	12.002.725,80
Prédios e Edificações	4%	18.941.901,68	(6.711.170,57)	12.230.731,11	12.230.731,11
Máquinas e Equipamentos	10%	20.901.731,47	(17.859.322,64)	3.042.408,83	3.042.408,83
Móveis e Utensílios	10%	687.191,35	(145.360,85)	541.830,50	541.830,50
Instalações	10%	3.202.809,30	(3.202.809,30)	-	-
Biblioteca	-	32.880,08	(27.900,20)	4.979,88	4.979,88
Veículos	20%	846.786,11	(789.851,11)	56.935,00	56.935,00
Computador / Periféricos	20%	449.068,70	(368.187,94)	80.880,76	80.880,76
Sistemas Proces de Dados	-	337.165,95	(337.165,95)	-	-

Direito Uso Linha Telefon	-	<u>4.569,91</u>	-	<u>4.569,91</u>	<u>4.569,91</u>
TOTAIS		<u>57.782.962,35</u>	<u>(29.441.768,56)</u>	<u>28.341.193,79</u>	<u>27.965.061,79</u>

Movimentação do Custo		CONSOLIDADO			
Discriminação	2021		Movimentação		2022
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Terrenos Urbanos	12.002.725,80	376.132,00	-	-	12.378.857,80
Prédios e Edificações	48.997.274,20	6.610.553,74	36.665.926,26 (*)	-	18.941.901,68
Máquinas e Equipamentos	18.340.187,35	2.780.112,23	218.568,11	-	20.901.731,47
Móveis e Utensílios	511.296,63	352.159,59	176.264,87	-	687.191,35
Instalações	-	3.202.809,30	-	-	3.202.809,30
Biblioteca	32.880,08	-	-	-	32.880,08
Veículos	788.886,11	57.900,00	-	-	846.786,11
Computador / Periféricos	641.310,31	74.101,07	266.342,68	-	449.068,70
Sistemas Proces de Dados	337.165,95	-	-	-	337.165,95
Direito Uso Linha Telefon	<u>4.569,91</u>	-	-	-	<u>4.569,91</u>
	<u>81.656.296,34</u>	<u>13.453.767,93</u>	<u>37.327.101,92</u>	<u>-</u>	<u>57.782.962,35</u>

(*) Após a reavaliação realizada em 2021, nos bens imóveis, verificou-se a necessidade de realizar a reversão do reconhecimento, em virtude da ressalva contida no Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 28/04/2022. A reversão foi realizada no exercício de 2022, tendo como contrapartida a conta de "Ajuste de Exercícios Anteriores".

12 – FORNECEDORES

Este grupo está segregado por fornecedores de: Matéria-Prima, Embalagens, Mercadorias, Material de Consumo, Serviços, Reagentes, Ativos Permanentes assim representados como segue:

	2022	2021
Matéria - Prima	288.491,62	288.491,62
Embalagens	29.498,10	152.859,41
Mercadorias	20.812.607,01	19.883.248,27
Material de Consumo	300.841,14	320.214,49
Serviços	1.455.350,16	1.693.512,02
Ativo Permanente	<u>24.951,95</u>	<u>22.971,95</u>
TOTAL	<u>22.911.739,98</u>	<u>22.361.297,76</u>

13 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2022	2021
Salários e Encargos sociais	34.382,84	109.142,37
Parcelamento de Obrigações Sociais Trabalhistas	50.680,26	50.484,00

Provisão de Férias a Pagar (*)	774.582,94	678.016,43
Provisão de Encargos s/ Férias (*)	229.312,84	194.574,28
TOTAL	1.088.958,88	1.032.217,08

(*) Provisão de Férias e Encargos sobre Férias referem-se a valores devidos e calculados até a data de apresentação das demonstrações contábeis (31/12/2022), conforme relatório emitido pela Gerência de Recursos Humanos, cujos valores são líquidos e certos, e que se espera que sejam pagos nos próximos 12 (doze) meses. Estes valores levam em consideração não apenas as férias vencidas, mas também as férias proporcionais devidas de todos os colaboradores, independentemente se eles já cumpriram com o período aquisitivo ou não, período este (de um ano) que deve ser cumprido para que o colaborador passe a ter direito a gozar férias.

14 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

Todos os parcelamentos tributários que constam junto à Receita Federal e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional estão devidamente registrados na contabilidade.

As obrigações fiscais e tributárias estão representadas por valores de PIS e COFINS devido sobre o faturamento, CSLL, IRRPJ devido sobre o lucro, quando aplicável, além de Impostos Retidos na Fonte de serviços tomados.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos Federais a Recolher	50.889,32	53.768,44
Parcelamentos Ordinários	1.106.996,53	860.167,45
TOTAL	1.157.885,85	913.935,89

15 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E CONVÊNIOS

A IQUERO firma diferentes convênios para fins de fornecimento de produtos e investimento, onde inicialmente o cliente antecipa um percentual do valor até que esta produza o medicamento ou realize o investimento.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ministério da Saúde - Convênio 061/06 e 787297/13	5.896.347,07	5.910.091,66
Ministério da Saúde - Convênio 787297/13	2.808.928,22	-
IRRF S/ Convênio 787297/13	110.799,28	110.799,28
TOTAL	8.816.074,57	6.020.890,94

16 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos não identificados	13.427,19	13.427,19
SANEAGO - Parcelamento	-	70.518,30
SESI - Parcelamento	187.985,66	163.422,36
AGECOM - Parcelamento	-	292.973,35
Outras Exigibilidades (*)	2.596.936,92	3.300.088,22

TOTAL	2.798.349,77	3.840.429,42
--------------	---------------------	---------------------

(*) Se refere a plano de pagamento especial trabalhista – PEPT (parcelamentos).

17 – CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO

Os saldos abaixo apresentados representam contas que foram parceladas junto aos fornecedores e justiça trabalhistas, além do valor de créditos de terceiros, que se refere a arrendamento mercantil a executar, que tem previsão de liquidez em período superior aos 12 próximos meses.

	2022	2021
Créditos de Terceiros	1.368.040,47	1.368.040,47
SESI - Parcelamento	439.113,51	640.053,21
TOTAL	1.807.153,98	2.008.093,68

18 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – LP

Todos os tributos registrados no passivo não circulante se encontram devidamente parcelados junto a Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e estão integralmente registrados na contabilidade.

Parcelamentos de tributos LP	2022	2021
FGTS PARC.2011003531	138.252,07	175.786,58
PARCEL SIMPLIF PREVID PGFN 626994640	-	153.769,32
PARCEL SIMPLIF PREVID PGFN 627011012	-	68.083,66
PARCEL SIMPLIF PREVID PGFN 627011446	-	112.735,39
PARCELAMENTO MULTA CLT - PGFN	108.152,13	160.401,13
PARCELAMENTO PREVID RFB Nº 10120728259/2021	834.415,00	1.074.063,60
PARCELAMENTO INSS-JUST.TRABALHO RT- 11993/2015	75.701,49	110.848,55
PARCELAMENTO MULTA DE OFÍCIO RFB-10120723762/12	937.680,72	-
TOTAL	2.094.201,41	1.855.688,23

19 – PROVISÕES DE RISCO

A Companhia possui ações perante os tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. No exercício de 2022, possui ações classificadas como provável perda, conforme o relatório de advogados. Em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve comunicar a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como prováveis e/ou possíveis perdas. Neste sentido, os processos que foram classificados, pelo departamento jurídico da Entidade, estão abaixo listados.

Ações Prováveis	2022		2021	
	Tipo	Quat.	Quat.	Valor Estimado
	Trabalhistas	56	60	8.691.622,72
	Cível	17	15	27.117.399,67
	Tributária	1	1	1.922.087,53

Ações Possíveis

2022			2021	
Tipo	Quat.	Valor Estimado	Quat.	Valor Estimado
Trabalhistas	2	234.512,96	3	32.893,26
Cível	8	30.354.366,05	13	8.580.967,68
Tributária	0	-	0	-

Estas provisões são realizadas conforme parecer do departamento jurídico, tendo em vista os entendimentos e sentenças aplicadas, pela justiça, e parecer do departamento de convênios baseado na posição da Concedente em relação a apreciação das prestações de contas. Estas contingências são reconhecidas de sentenças desfavoráveis e com chances mínimas de reversão, com referência a provisão de risco tributário, refere-se a multa de ofício aplicada pela Receita Federal do Brasil, por compensação indevida na ordem de 150%, sendo que parte de valor foi parcelado no exercício de 2021 (75%) e o restante está suspenso com julgamento previsto para o ano 2023.

	2022	2021
Provisão de Risco Trabalhista	10.752.358,65	8.691.622,71
Provisão de Risco Cível	32.139.419,39	27.117.399,67
Provisão de Risco Tributário	1.922.087,53	1.922.087,53
TOTAL	44.813.865,57	37.731.109,91

19A – TRIBUTOS DIFERIDOS

	2022	2021
Provisão IRPJ e CSLL diferido sobre AAP (*)	-	13.465.360,65
TOTAL	0,00	13.465.360,65

(*) AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial foi estornado em 2022.

20 – CAPITAL SOCIAL

Durante o exercício de 2019, houve aumento e integralização de capital, na ordem de R\$ 11.400.905,48 (onze milhões, quatrocentos mil, novecentos e cinco reais e quarenta oito centavos) de tal forma que em 31/12/2019 o Capital Social integralizado passou a ser de R\$ 223.483.746,68 (duzentos e vinte e três milhões, quatrocentos e oitenta três mil, setecentos e quarenta seis reais e sessenta e oito centavos), permanecendo em 2020, 2021 e 2022 o mesmo valor e sendo o Estado de Goiás o sócio majoritário detendo 99,997% das ações ordinárias nominativas.

	2022	2021
Capital Social	240.000.000,00	240.000.000,00
Capital Subscrito a Integralizar	(16.516.253,32)	(16.516.253,32)
TOTAL	223.483.746,68	223.483.746,68

21 – RECEITA

A principal fonte de receita é proveniente das vendas que em 2022 alcançou o montante de R\$ 8.317.112,12 (oito milhões, trezentos e dezessete mil, cento e doze reais e doze centavos).

Receitas Operacionais	2022	2021
Venda de Produtos	8.317.112,12	21.931.896,68
TOTAL	8.317.112,12	21.931.896,68

Outras receitas	2022	2021
Subvenções Governamentais	14.579.422,34	10.388.665,22
Outras receitas	1.978.245,39	483.965,00
TOTAL	16.557.667,73	10.872.630,22

Dedução de Receita (-)	2022	2021
Tributos Federais	(729.194,76)	(2.017.081,08)
Outras Deduções	(89.642,50)	(132.469,86)
TOTAL	(818.837,26)	(2.149.550,94)

22 – CUSTO DOS PRODUTOS

A Companhia tem comercializado, principalmente, produtos provenientes do objeto acessório da parceria (importação de tira e medidor glicosímetro). Os custos dos produtos vendidos são compostos, em sua maior parte, pelos custos dos produtos importados, que na sua mensuração são levados em consideração todos os gastos havidos no processo de importação até a liberação do produto para transporte e acomodação no estoque da Companhia.

	2022	2021
Salários e Encargos	(117.713,20)	(111.175,99)
Gastos Gerais de Fabricação e Estoques	(8.191.123,93)	(20.205.451,03)
Despesas com Importação	(1.911.310,90)	(3.267.071,01)
Outros	(1.314,57)	(5.491,86)
TOTAL	(10.221.462,60)	(23.589.189,89)

23 – DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Com pessoal e encargos	(17.643.821,38)	(9.262.204,68)
Água, Energia e Telefone.	(301.740,42)	(332.375,06)
Serviço de Limpeza e Manutenção	(607.681,76)	(712.785,10)
Fretes	(576.330,71)	(345.453,82)
Serviços de Terceiros	(219.632,14)	(374.575,97)
Material em Geral	(97.108,89)	(57.000,32)
Registros, Licenças, Assinatura e Publicações.	(9.065,06)	(3.795,40)
Despesas com viagens e veículos	(40.445,80)	(30.963,25)
Refeições e Lanches	(15.669,50)	(10.599,05)
Outras (*)	(2.937.673,28)	(556.625,00)

Impairment	(6.016.200,18)	-
Depreciação	(68.980,43)	(558.901,65)
TOTAL	(28.534.349,55)	(12.245.279,30)

(*) Do montante, R\$ 2.795.183,63 refere-se a provisão de risco do convenio 61/2006 MS – Ministério da Saúde.

24 – DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2022	2021
Taxas e Tributos Federais	(160.289,39)	(119.907,21)
Impostos e Taxas Estaduais	(10.021,84)	(14.443,91)
Outras Despesas Tributarias (*)	(1.604.709,14)	(192.085,78)
TOTAL	(1.775.020,37)	(326.436,90)

(*) Do montante, R\$ 1.310.464,90 refere-se a multa fiscal o qual deve ser julgado no exercício de 2023.

25 – RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receita Financeira	545.869,67	60.749,82
Despesa Financeira	(1.394.186,20)	(838.003,40)
TOTAL	(848.316,53)	(777.253,58)

26 – AJUSTE

No decorrer do exercício de 2022, houve ajustes de exercícios anteriores. Após as devidas reclassificações contábeis e ajustes, o saldo desta conta contábil ficou em R\$ 3.638.625,42 (três milhões e seiscentos e trinta e oito mil e seiscentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos).

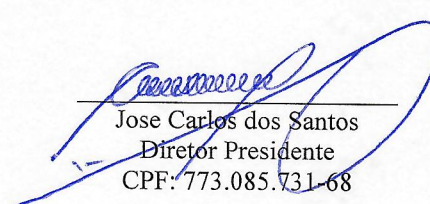
27 – EVENTOS SUBSEQUENTES

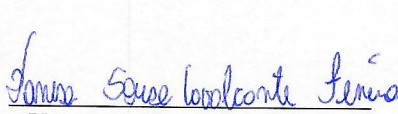
No Governo Ronaldo Ramos Caiado, com a criação da Lei nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023, que estabelece a organização básica do Poder Executivo e dá outras providências, a Indústria Química do Estado de Goiás S/A-IQUEGO, entidade da administração indireta, passará a ser jurisdicionada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI.

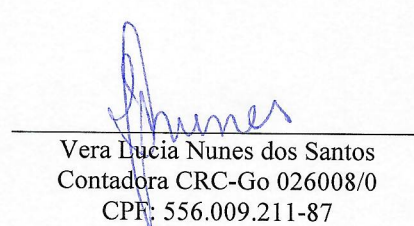
Até a presente data, não houve outros fatos relevantes que pudessem ser objeto de destaque nesta nota.

Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Goiânia, 19 de maio de 2023.


Jose Carlos dos Santos
Diretor Presidente
CPF: 773.085.731-68


Vanesa S. Cavalcante Ferreira
Diretora Adm./Financeiro
CPF: 012.906.191-31


Vera Lucia Nunes dos Santos
Contadora CRC-Go 026008/0
CPF: 556.009.211-87